

Opinião Econômica

Quem suporta?

A tese é de Antônio Ermírio de Moraes: o que foi estragado em trinta anos só pode ser consertado em pelo menos sete. Se o Brasil corrigir o rumo agora, sairemos da crise ali pela altura de 1990.

O empresário retoma e amplia as colocações que fez a uma floresta de canetas e microfones, quarta-feira, em pleno saguão do Palácio do Planalto:

«Temos de voltar ao ponto de partida: a terra. E na terra, recolocar o Brasil em marcha».

Antônio Ermírio fala de reforma agrária, mais agrícola do que agrária: o governo deve abrir mão dos seus 4,5 milhões de quilômetros quadrados de terra de ninguém (só será nossa no dia em que dela o Brasil retirar produto e emprego) e organizar um vasto assentamento da população marginalizada, começando hoje pelos desempregados urbanos e pelos subempregados rurais.

oOo

A reforma agrícola supõe, além da distribuição da terra sem título, a ocupação racional do solo, com assistência técnica, cobertura financeira, infra-estrutura de transporte, comunicação, energia e recepção de mercado.

Os Estados Unidos, segundo Antônio Ermírio, detonaram esse processo ainda ao tempo de Lincoln, com o histórico «Homestead Act»: vasta distribuição de um milhão e meio de lotes de até 160 acres para gente interessada em fazer a terra produzir riqueza nas lonjuras do oeste sem nada. A família ficaria de posse definitiva (e titulada) da terra só ao cabo da quinta colheita.

Todos colheram a quinta safra e plantaram a pilastra maior da grande potência do século XX.

oOo

O povo sem terra, sem comida e sem emprego, vai ter tutano para alcançar o Brasil do terceiro milênio?

Antônio Ermírio devolve de bate-pronto:

— A curto prazo, tudo isso é poesia. Mas nada faremos de bom a curto ou a longo prazo sem dar o primeiro passo na remoção das causas dos nossos problemas de nanismo econômico. Se milhões querem trabalhar e se só o trabalho constrói, vamos deixar o brasileiro trabalhar, restabelecendo, com imaginação, a economia do pleno emprego. A curto prazo, o primeiro passo é dar um basta na sabotagem econômica praticada, abertamente, pelo sistema financeiro.

oOo

Antônio Ermírio não acredita na eficácia técnica do tabelamento sumário do juro bancário, mas confia na coerência política da medida:

— Se o governo já faz o tabelamento das taxas de câmbio, dos reajustes de salário, de preços administrados, de margens operacionais, de benefícios sociais e de reajustes de aluguéis, deveria tabelar, urgentemente, os juros do segmento ainda livre do crédito bancário. Afinal, o dinheiro é a matéria-prima das matérias-primas do sistema de produção de bens e serviços. Se o tabelamento do juro nominal não alcança a composição do juro real (o verdadeiro custo do dinheiro), isso a gente vai discutir depois. O importante, agora é tabelar o juro ainda livre, matriz da discórdia nacional. Até porque, o problema econômico está evoluindo, perigosamente, para um embaraço político que não interessa a ninguém, absolutamente ninguém.

oOo

Nessa altura do debate nacional, classes empresariais apertando o cerco sobre Brasília, o sistema financeiro deveria tomar a iniciativa de encontrar uma saída, mais política do que técnica, para a questão dos juros. A tese das lideranças do comércio e da indústria é endossada por Antônio Ermírio:

— Se o pacto político dos banqueiros entre si e dos banqueiros com os ministros e dos ministros com os empresários conduzir a uma redução do custo real do dinheiro na economia brasileira, que venha o pacto político. As leis do mercado, infelizmente, não estão funcionando porque o sistema não as deixa funcionar. Logo, se a redução dos juros é fisicamente impraticável, que se promova sua redução por barganha política. A salvação do Brasil é a salvação dos próprios bancos brasileiros. Alguém tem dúvida quanto a isso? E mais: os agentes financeiros devem entender que mais vale ganhar pouco sobre muito do que muito sobre pouco. No primeiro caso, a prosperidade é geral. No segundo, o bom negócio acaba. Se hoje há mais dinheiro do que produto circulando na praça é porque já soou o sinal de alarma final e ninguém ouviu ou fez que não ouviu. E banqueiro que não quiser ouvir o alarma, que continue ligado, acabará almoçando notas de cinco mil e morrendo intoxicado por tinta e envenenado com papel.

oOo

Para o principal executivo do Grupo Votorantim, o sistema financeiro terá de contar (na orquestração da baixa dos juros) com algumas iniciativas do próprio governo:

— Claro, Brasília deve entrar com metade da cota de achatamento dos juros, repensando expedientes de natureza cambial, fiscal, monetária e financeira. O mecanismo de dívida pública terá de ser desativado a partir da redução do «deficit» orçamentário do governo, o que exige o controle policial das empresas estatais e a revisão radical dos programas de governo. O ajustamento, no caso, é doloroso. Mas cada tostão poupado no setor público pode ser recapturado no setor privado. Neste caso, o negócio é soltar as amarras do crédito na direção de aplicações seletivas de interesse econômico evidente e com rápido retorno em termos de produção e de emprego. A manutenção de tetos fixos para as aplicações bancárias, ignorando as solicitações da economia em movimento, é outro grande aliado da especulação financeira. Em uma palavra: temos de abrigar, urgentemente, a política monetária, encaixando-a nas condições brasileiras de uso e de abuso.

oOo

O esquema de transformação global da política monetária deve alcançar, segundo Antônio Ermírio, o desmonte gradativo da estrutura de subsídios no interior do sistema de crédito:

— O subsídio em benefício de alguns é o confisco em prejuízo de todos, inclusive dos próprios beneficiados pelo subsídio. O próprio governo admite isso publicamente. Mas tudo isso não basta para retirar dos banqueiros a iniciativa de uma baixa combinada dos juros livres. Afinal, desconto de duplicata na base de 496 por cento ao ano, ainda que caso isolado, constitui uma ofensa à dignidade do brasileiro e acaba virando motivo de deboche do Brasil no mundo inteiro. Ou fim: é possível suportar isso?»

Joelmir Beting